



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/SESPA

PAE nº 2025/3434679

IRP Nº 2026/017

RESUMO



PROMOTOR

ESTADO DO PARÁ | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

CNPJ nº 05.054.929/0001-17.



OBJETO

Contratação de solução integrada de oxigenoterapia domiciliar prolongada, sob demanda regulada pela SESP, com fornecimento de oxigênio medicinal e locação de equipamentos assistenciais, incluindo instalação no domicílio, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, substituição por falha e logística de entrega, troca e recolhimento, conforme quantitativos e valores estimados do ETP.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☐ Aberto
- ☒ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



## ENTREGA



*Forma*

Horário: • Atendimento programado (instalações, trocas regulares e manutenções preventivas): das 08h00 às 18h00, em dias úteis, ou conforme agendamento registrado em ordem de serviço. • Atendimento para ocorrências (falha, pane, indisponibilidade, necessidade de reposição urgente): 24 horas por dia, 7 dias por semana, com prazos de resposta e atendimento definidos no Termo de Referência, para evitar interrupção do tratamento.

*Prazo*

*Local*

**Local:** domicílio dos usuários regulados pela SESPA, na **Região Metropolitana I de Belém**, conforme endereços indicados nas ordens de serviço, com variação conforme demanda assistencial.

## VALOR TOTAL: SIGILOSO

**Justificativa:** A Secretária de Saúde adotará o sigilo da informação referente ao valor estimado do objeto, visando conferir maior competitividade e vantajosidade ao procedimento, com a busca da melhor proposta, evitando o uso da estimativa aferida pela administração como âncora de preços dos interessados. Assim, deverá ser suprimida a informação referente ao valor.

## REAJUSTE

*Índice*

☒ IPCA

☐ INCC

☐ Outro: (sigla)

☐ INPC

☐ IGPM

*Período*

A cada **12 meses**, a contar de 23/02/2026.



## PAGAMENTO

*Forma*

Ordem bancária.

**30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

*Prazo*

Considerando o que dispõe o Art. 1º do Decreto Estadual 877/2008, fica determinado que o pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ.



**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

*Data* 29/06/2026.

*Hora* 10:00

*Local:* Edital disponível nos Portais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br)



## SUMÁRIO

CLÁUSULA 1 - PROMOTOR DO PREGÃO .....	5
CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL .....	5
CLÁUSULA 3 - OBJETO .....	5
CLÁUSULA 4 - REGISTRO DE PREÇOS .....	6
CLÁUSULA 5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO .....	6
CLÁUSULA 6 - FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	8
CLÁUSULA 7 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	10
CLÁUSULA 8 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	11
CLÁUSULA 9 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	15
CLÁUSULA 10 - HABILITAÇÃO .....	18
CLÁUSULA 11 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	20
CLÁUSULA 12 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	20
CLÁUSULA 13 - FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA .....	21
CLÁUSULA 14 - RECURSOS .....	21
CLÁUSULA 15 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	22
CLÁUSULA 16 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL .....	24
CLÁUSULA 17 - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	25



## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

## CLÁUSULA 1

## PROMOTOR DO PREGÃO

- O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde Pública-SESPA, CNPJ nº 05.054.929/0001-17, com sede na Travessa Lomas Valentina, 2190, Marco – Belém-PA, CEP: CEP: 6093-677, neste ato representado por Paulo Roberto dos Santos Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado como Ordenador de Despesas pela Portaria nº 59, de 12 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 36.496, de 14 de janeiro de 2026, com procedimento realizado pelos agentes de contratação designados na Portaria n.º 162/26 de 06/02/26, publicada no Diário Oficial n.º 36.533 de 12/02/26.

## CLÁUSULA 2

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 3.371/2023 e alterações, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

## CLÁUSULA 3

## OBJETO

**3.1** Contratação de solução integrada de oxigenoterapia domiciliar prolongada, sob demanda regulada pela SESPA, com fornecimento de oxigênio medicinal e locação de equipamentos assistenciais, incluindo instalação no domicílio, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, substituição por falha e logística de entrega, troca e recolhimento, conforme quantitativos e valores estimados do ETP.

**3.2** - Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. SIMAS	UND	QTD SESPA	QTD FSCMP	QTD HEMOPA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL
1	1	Oxigênio medicinal gasoso para uso domiciliar, por recarga, em cilindros de 4 a 10 m³, com fornecimento contínuo conforme prescrição/regulação. Inclui logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade.	065763-8	m³	79.200	X	X	79.200	SIGILOSO	SIGILOSO



2	Oxigênio medicinal gasoso para contingência/mobilidade, por recarga, em cilindros de 1 m³, com logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade.	065763-8	m³	6.000	X	100	6.100	SIGILOSO	SIGILOSO
3	Concentrador de oxigênio estacionário (1 a 10 L/min), com instalação no domicílio, testes de funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição imediata em caso de falha, durante toda a vigência.	21.644-5	UND	200	X	X	200	SIGILOSO	SIGILOSO
4	Concentrador de oxigênio portátil (1 a 2 L/min), com bateria e acessórios, incluindo instalação/orientação, manutenção e substituição por falha.	21.644-5	UND	30	X	X	30	SIGILOSO	SIGILOSO
5	CPAP domiciliar, com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha.	21.644-5	UND	200	10	X	210	SIGILOSO	SIGILOSO
6	BIPAP domiciliar, com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha.	21.644-5	UND	250	10	X	260	SIGILOSO	SIGILOSO
7	Ventilador domiciliar de suporte à vida (invasivo e não invasivo), com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha, garantindo disponibilidade do tratamento conforme indicação clínica.	21.644-5	UND	200	10	X	210	SIGILOSO	SIGILOSO



8	Aspirador de secreções domiciliar, com frasco e acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha.	21.644-5	UND	200	X	X	200	SIGILOSO	SIGILOSO
9	Oxímetro portátil de mesa, com alarmes, bateria e acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha	21.644-5	UND	80	10	X	90	SIGILOSO	SIGILOSO
10	Sistema de tosse assistida, com circuitos e interfaces, instalação, manutenção e substituição por falha	21.644-5	UND	50	X	X	50	SIGILOSO	SIGILOSO

3.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Compras Governamentais e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as descrições técnicas solicitadas no Termo de Referência e Edital.

3.4 A licitação observará o seguinte:

☐ Item único;

☒ Divisão em itens, conforme tabela do **item 3.2** deste edital;

☐ Lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou

☐ Lote único, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### CLÁUSULA 4

##### REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4.2 - Órgão Gerenciador: é o órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

4.3 - Órgãos Participantes: são os órgãos ou entidades da administração pública que manifestaram interesse em participar do registro de preços no módulo Intenção de Registro de Preços - IRP no sistema PAE e integram todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços.

4.3.1. - Nesta licitação a Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA será o Órgão Gerenciador e o HEMOPA será o órgão partícipe.

#### CLÁUSULA 5

##### CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal



([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**5.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**5.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 5.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**5.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 5.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**5.5** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**5.6** Não poderão disputar esta licitação:

**a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;

**g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

**h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**5.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**5.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.





**5.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 5.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**5.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 5.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**5.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**5.12** O disposto nas [alíneas b e c do item 5.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**5.13** A proibição do [item 5.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 6

### FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**6.1** A licitação terá as seguintes fases:



**6.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**6.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

**a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

**c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

**d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.



**6.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**6.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**6.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**6.5** A realização de declarações falsas nos itens 6.3 e 6.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**6.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

**6.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**6.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**6.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

**a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

**b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**6.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**6.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**6.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## CLÁUSULA 7

---

### PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**7.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a.** ☒ valor do item.  
☐ (percentual) desconto.
- b.** Marca.
- c.** Fabricante.
- d.** Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**7.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**7.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Serão aceitos somente duas casas decimais, com valor unitário exato (**sem dízimas**).

**7.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 8.13](#).

**7.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**7.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**7.7** Em virtude do compromisso previsto no [item 7.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**7.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte dias), a contar da data de sua apresentação.

**7.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

**a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

**b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
- 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## CLÁUSULA 8

### ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto e fechado	<p>a. No modo de disputa <b>aberto e fechado</b>, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.</p> <p>c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor</p>



mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será *sigiloso* até o encerramento do prazo de 5 minutos.

- d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.
- e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

- a. No modo de disputa **fechado e aberto**, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela.
- b. Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- c. Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea a, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- d. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública.
- e. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- f. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- g. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**Fechado  
e aberto**



- h. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

**8.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**8.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**8.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**8.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

**8.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**8.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**

**8.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**8.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**8.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 0,01 (um centavo).

**8.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**8.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

**8.15** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 8.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem será crescente de valores.

**8.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**8.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**8.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**8.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**8.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**8.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**8.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**8.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

**8.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**8.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





**8.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

#### **Disputa final**

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

#### **Avaliação do desempenho contratual prévio**

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

#### **Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**

Conforme regulamento.

#### **Desenvolvimento de programa de integridade**

Conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.24** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

**1º**

- Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.

**2º**

- Empresas brasileiras.

**3º**

- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**4º**

- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

**8.25** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.





**8.26** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**8.27** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**8.28** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.29** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**8.30** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**8.31** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 9**

---

### **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

*a.* SICAF;

*b.* Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

*c.* Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**9.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**9.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

**a.** A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

**b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

**c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**9.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.



**9.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**9.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**9.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**9.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**9.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**9.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 9.8](#) e [9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**9.11** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**9.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



**9.12.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**9.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**9.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.13.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.15** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.16** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**9.17** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**9.18** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

**a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou

**b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**9.19** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## CLÁUSULA 10

### HABILITAÇÃO

**10.1** - Os documentos previstos no Item REQUISITOS DA CONTRATADA do TR serão exigidos para Habilitação Técnica do LICITANTE.

**10.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.2.1** - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.



10.2.2 - As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 a seguir:

10.2.2.1 - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2.2 - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3 - A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.2.4 - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.2.2.5 - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

10.2.2.6 - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.2.3 - Para fins de demonstração da Qualificação Econômico-Financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

10.2.3.1 - Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

10.2.3.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

10.2.3.3 - A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:  $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;  $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$  e  $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$

10.2.3.4 - O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a SESP, o Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021).

10.2.3.5 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**10.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



**10.5.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

**10.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**10.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**10.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**10.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**10.11** Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

**10.12** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**10.12.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**10.13** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**10.14** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**10.15** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**10.16** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

**a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

**b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.17** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**10.18** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 10.14](#).

**10.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**10.20** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **CLÁUSULA 11**

---

### **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

11.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **CLÁUSULA 12**

---

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções

12.1 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico [www.compraspara.pa.gov.br](http://www.compraspara.pa.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

12.6 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





## CLÁUSULA 13

---

### FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

13.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13.1.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

13.2.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts 24 e 25 do Decreto Estadual n. 3.371/2023.

13.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.4.1 - Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## CLÁUSULA 14

---

### RECURSOS

**14.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inhabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**14.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**14.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

**a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e

**b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

**14.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



**14.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

**a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

**b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**14.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**14.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**14.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## CLÁUSULA 15

### INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p><b>a.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p>	<p><b>Multa</b></p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p>
<p><b>b.</b> Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p>	<p><b>e</b></p> <p><b>Impedimento de licitar e contratar*</b></p>
<p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p>	<p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p>	
<p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p>	
<p>4. Deixar de apresentar amostra;</p>	





- 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 1. Agir em conluio ou contra a lei;
  - 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**15.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**15.3.** As sanções previstas no [item 15.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**15.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.



e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**15.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**15.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**15.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 15.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**15.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**15.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

**a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

**b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**15.15** O recurso a que se refere o [item 15.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**15.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## CLÁUSULA 16

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



**16.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**16.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**16.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**16.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [cplsespa.nc@gmail.com](mailto:cplsespa.nc@gmail.com), as respostas serão disponibilizadas no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**16.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**16.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**16.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

## **CLÁUSULA 17**

---

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**17.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**17.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**17.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.7.** As certidões que não fixarem prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão.

**17.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**17.9** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**17.10** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**17.11** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**17.12** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Compras Pará (<https://www.compraspara.pa.gov.br/>). Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos dias úteis, no horário de 08h00 às 16h00, na Secretaria de Estado de Saúde Pública-SESPA, com sede na Travessa Lomas Valentina, 2190, Marco – Belém-PA, CEP: 66093-677.

**17.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL~

Belém (PA), 23 de junho de 2026.

**PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA**  
**SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA / SESPA**



## TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS

PAE nº 2025/3434679

## 1 - O QUE SERÁ CONTRATADO?

(art. 6º, XXIII, a e i)

**Contratação de solução integrada de oxigenoterapia domiciliar prolongada**, sob demanda regulada pela SESP, com **fornecimento de oxigênio medicinal e locação de equipamentos assistenciais**, incluindo **instalação no domicílio, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, substituição por falha e logística de entrega, troca e recolhimento**, conforme quantitativos e valores estimados do ETP.

Lote	Item	Descrição	Código SIMA S	Und	Qtd. SESPA	Qtd. FSCMPA	Qtd. HEMOPA	Qtd TOT AL	Valor Unitário Estima do	Total
1	1	<b>Oxigênio medicinal gasoso</b> para uso domiciliar, por recarga, em cilindros de 4 a 10 m³, com fornecimento contínuo conforme prescrição/regulação. Inclui logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade.	065763-8	m³	79.200	xxxxxxx	xxxxxxx	79.200	SIGILOS	SIGILOS
	2	<b>Oxigênio medicinal gasoso</b> para contingência/mobilidade, por	065763-8	m³	6.000	xxxxxxx	100	6.100	SIGILOS	SIGILOS



	recarga, em cilindros de 1 m³, com logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade.								
3	<b>Concentrador de oxigênio estacionário (1 a 10 L/min), com instalação no domicílio, testes de funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição imediata em caso de falha, durante toda a vigência.</b>	21.644-5	Un	200	xxxxxxx	xxxxxxxxx	200	SIGILOS	SIGILOS
4	<b>Concentrador de oxigênio portátil (1 a 2 L/min), com bateria e acessórios, incluindo instalação/orientação, manutenção e substituição por falha.</b>	21.644-5	Un	30	xxxxxxx	xxxxxxxxx	30	SIGILOS	SIGILOS



5	<b>CPAP domiciliar</b> , com acessórios, instalação, manutenção e <b>substituição por falha.</b>	21.644-5	Un	200	10	xxxxxxx	210	SIGILOS	SIGILOS
6	<b>BIPAP domiciliar</b> , com acessórios, instalação, Manutenção e <b>substituição por falha.</b>	21.644-5	Un	250	10	xxxxxxxx	260	SIGILOS	SIGILOS
7	<b>Ventilador domiciliar de suporte à vida (invasivo e não invasivo)</b> , com acessórios, instalação, manutenção e <b>substituição por falha</b> , garantindo disponibilidade do tratamento conforme indicação clínica.	21.644-5	Un	200	10	xxxxxxxx	210	SIGILOS	SIGILOS
8	<b>Aspirador de secreções domiciliar</b> , com frasco e acessórios, instalação, manutenção e <b>substituição por falha.</b>	21.644-5	Un	200	xxxxxxx	xxxxxxxx	200	SIGILOS	SIGILOS



9	Oxímetro portátil de mesa, com alarmes, bateria e acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha	21.644-5	Un	80	10	xxxxxxxx	90	SIGILOSO	SIGILOSO
10	Sistema de tosse assistida, com circuitos e interfaces, instalação, Manutenção e Substituição por falha.	21.644-5	Un	50	xxxxxxx	xxxxxxxx	50	SIGILOSO	SIGILOSO
VALOR GLOBAL ESTIMADO									SIGILOSO

**OBS1:** TODOS OS DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, NOTADAMENTE OS CILINDROS DE OXIGÊNIO E OS EQUIPAMENTOS DESTINADOS À OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS EM REGIME DE COMODATO, PERMANECENDO SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA QUANTO AO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) QUE FUNDAMENTA ESTA CONTRATAÇÃO.

**OBS2:** Ressalta-se que os quantitativos previstos a partir do item 3 correspondem à disponibilidade mensal dos equipamentos, os quais serão disponibilizados sob regime de locação mensal, conforme a necessidade da Administração. Dessa forma, os referidos quantitativos deverão ser considerados como capacidade mensal de atendimento, podendo os equipamentos ser instalados, substituídos ou remanejados ao longo da vigência contratual, de acordo com as demandas assistenciais e operacionais do serviço.

## 2 - JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES E/OU DO AGRUPAMENTO EM GRUPOS

(art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/21)





O parcelamento é a regra. Neste caso, a **divisão do objeto em lotes** e o **desagrupamento em itens autônomos** não são recomendáveis, porque a contratação trata de **solução assistencial integrada**, com risco direto à continuidade do cuidado caso haja fragmentação.

Motivos objetivos.

- **Sistema único e integrado.** A oxigenoterapia domiciliar exige coordenação entre fornecimento de oxigênio, disponibilização de equipamentos, instalação, manutenção, substituição e logística. Se houver fornecedores diferentes, aumenta o risco de incompatibilidade operacional, atrasos, falhas de interface e interrupção do tratamento.
- **Redução de risco assistencial.** A fragmentação gera disputa de responsabilidade quando ocorrer pane, desabastecimento ou falha de equipamento. Em serviço respiratório domiciliar, isso se traduz em risco clínico e aumento de atendimentos de urgência e reinternações.
- **Economia de escala e governança do contrato.** Um único contratado reduz custos de gestão, simplifica fiscalização, consolida indicadores de desempenho e permite exigir reserva técnica e substituição imediata, com menor custo total de operação.
- **Padronização e rastreabilidade.** O modelo integrado facilita controle de chamados, registros de manutenção, rastreabilidade do oxigênio e dos equipamentos, reduzindo não conformidades e retrabalho.

Dessa forma, o objeto permanece **agrupado** para assegurar vantagem técnica e operacional, preservando a continuidade assistencial e a melhor gestão do contrato, conforme art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021.



Em busca da maior eficiência da administração pública quanto a execução de procedimentos administrativos, da necessidade de padronização de procedimentos e equipamentos, uniformidade técnica do objeto, e de condições de maior vantajosidade em relação aos custos, optou-se por reduzir o número de contratos a serem administrados, justificando-se a ausência de reserva de 25% de participação exclusiva de microempresas como previsto nos artigos 13, II e IV da Lei Estadual 8.417/2016.

### 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

(art. 6º, XXIII, c)

3.1 -  
QUAL O MOTIVO  
DA  
CONTRATAÇÃO?

Atender demanda regulada pela SESPA para **suporte respiratório em domicílio**, garantindo continuidade do tratamento de usuários com indicação clínica de **oxigenoterapia domiciliar prolongada** e, quando aplicável, suporte ventilatório domiciliar.

Contratação de **solução integrada** com fornecimento de oxigênio medicinal por m<sup>3</sup> quando indicado e **locação de equipamentos assistenciais** (concentradores, CPAP, BIPAP, ventilador domiciliar, aspirador, oxímetro e tosse assistida), incluindo instalação no domicílio, treinamento inicial, manutenção preventiva e corretiva, reposição e substituição por falha, com logística de entrega, troca e recolhimento e registros de atendimento.

### 4 - NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO

(art. 6º, XXIII, a; art. 18, III)

4.1 - Serviço comum de natureza continuada.

NATUREZA



**4.2**  
**- HAVERÁ**  
**GARANTIA**  
**DO SERVIÇO?**

☒ Sim. A contratada deverá garantir o desempenho e a disponibilidade dos serviços e equipamentos durante toda a execução contratual, com obrigação de correção de falhas, reposição de peças e substituição de equipamentos sempre que houver indisponibilidade, sem ônus adicional. A garantia operacional decorre da própria natureza continuada e dos níveis mínimos de serviço fixados no TR.

☐ Não.



## 5 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

(art. 6º, XXIII, h)

5.1 -  
FORMA DE  
CONTRATAÇÃO

- ☐ **Inexigibilidade** de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21;
- ☐ **Dispensa** de licitação em razão do **valor\***, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21;
- \* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.
- ☐ **Dispensa** de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21;
- ☒ **Pregão eletrônico por SRP;**
- ☐ Concorrência.

5.2 -  
CRITÉRIO DE  
JULGAMENTO

- ☒ Menor preço.
- ☐ Maior desconto.

5.3 -  
O ORÇAMENTO  
ESTIMADO É  
SIGILOSO?

- ☒ Sim. **Justificativa:** A Secretaria de Saúde adotará o **SIGILO** da informação referente ao valor estimado do objeto, visando conferir maior **competitividade e vantajosidade ao procedimento**, com a busca da **melhor proposta**, evitando o uso da estimativa aferida pela administração como âncora de preços dos interessados. Assim, deverá ser suprimida a informação referente ao valor.
- ☐ Não.

5.4-  
CRITÉRIO PARA A  
PROPOSTA SER  
ACEITA

A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto. A aceitabilidade do preço observará os **valores máximos unitários e o valor máximo global** definidos no orçamento estimado, os quais terão caráter sigiloso enquanto perdurar o sigilo do orçamento, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021. A proposta que, quando confrontada com o orçamento estimado no momento processual adequado, superar os limites máximos aceitáveis será desclassificada.

5.5 -  
HÁ ITENS COM  
PREFERÊNCIA PARA  
MICROEMPRESAS E

- ☐ Sim. **Indicar os itens:** (Caso se assinale “sim”)
- ☒ Não.

EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE?

## 6 - REQUISITOS DA CONTRATADA

(art. 6º, XXIII, d)

6.1 -  
SERÁ EXIGIDA  
HABILITAÇÃO  
TÉCNICA?☒ Sim.

Qual?

Por quê?

Habilitação técnica compatível com serviço de oxigenoterapia domiciliar, com fornecimento e/ou dispensação de **gases medicinais** e disponibilização de equipamentos com suporte técnico, incluindo requisitos sanitários, responsabilidade técnica e comprovação de capacidade operacional.

O objeto envolve **medicamento (gás medicinal)** e suporte assistencial em domicílio, com risco relevante de descontinuidade do tratamento e de não conformidade sanitária. A qualificação técnica é necessária para demonstrar aptidão do licitante e reduzir risco de execução inadequada, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e diretrizes do TCU sobre habilitação técnica.

☐ Não.

☒ Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.

**Justificativa:** assegura que o licitante conhece o modelo de execução domiciliar, a necessidade de disponibilidade contínua, logística de troca/entrega e suporte técnico, evitando alegações futuras de desconhecimento de condições essenciais de execução. Fundamenta-se no dever de adequada instrução e na lógica de mitigação de risco operacional na contratação de serviço assistencial.



<p><b>6.2- QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p>	<p><b>Justificativa:</b> exigir comprovação de <b>Responsável Técnico</b> legalmente habilitado e registrado no conselho competente, com atribuições compatíveis com atividades envolvendo gases medicinais e cadeia de suprimento em home care, fortalecendo controle sanitário e rastreabilidade. Base normativa de atribuições do farmacêutico em gases medicinais, incluindo responsabilidade técnica, conforme Resolução do CFF.</p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual, com comprovação de qualificação.</p>	<p><b>Justificativa:</b> o serviço exige estrutura operacional mínima para atendimento domiciliar, manutenção, substituição e logística de cilindros e equipamentos, com registros e rastreabilidade. A exigência é proporcional ao risco e ao nível de serviço requerido, alinhada ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e orientação do TCU sobre pertinência entre exigência e execução.</p>
	<p><input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.</p>	<p><b>Justificativa:</b> <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i></p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.</p>	<p><b>Justificativa:</b> comprovar que o licitante já executou serviço similar de oxigenoterapia e suporte domiciliar, com logística e manutenção, em quantitativo compatível com a parcela de maior</p>
		<p>relevância do objeto. Essa exigência deve ser objetiva e proporcional, vinculada ao risco assistencial e à necessidade de continuidade, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e orientação do TCU</p>



	<input checked="" type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Especificar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da Anvisa e licenciamento sanitário</b> compatíveis com as atividades relacionadas a gases medicinais.</li> <li><b>Conformidade com Boas Práticas para gases medicinais</b> na cadeia de distribuição, armazenagem, transporte e dispensação.</li> <li><b>Regularidade regulatória do gás medicinal</b> (registro/notificação e regras pós-registro aplicáveis).</li> </ul>		<b>Justificativa:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas que realizam atividades reguladas (armazenagem, distribuição e correlatas) devem estar autorizadas e licenciadas para operar sob vigilância sanitária.</li> <li>O fornecimento domiciliar pressupõe cadeia logística e dispensação sob boas práticas específicas, conforme RDC Anvisa nº 887/2024</li> <li>Gases medicinais são enquadrados como medicamentos e possuem disciplina regulatória própria para registro/notificação, inclusive para uso em domicílio, conforme RDC Anvisa nº 870/2024.</li> </ul>
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.		
<b>6.3 -</b>  <b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar:</b> A contratação observará <b>critérios de sustentabilidade e inclusão social</b> , em conformidade com o <b>Decreto Estadual nº 4.193/2024 (Pará)</b> , que determina a inserção de critérios ambientais, econômicos e sociais nas licitações e contratos, preservando competitividade e economicidade. <ul style="list-style-type: none"> <li>Exigir, quando pertinente ao objeto, <b>redução de consumo de recursos e geração de resíduos</b>, com comprovação e fiscalização do cumprimento das práticas sustentáveis definidas no Termo de Referência, nos termos do Decreto nº 4.193/2024.</li> <li>Prever, quando houver geração de resíduos vinculados à execução, <b>gestão e destinação ambientalmente adequada</b>, com obrigações operacionais ao contratado e possibilidade de outras exigências sustentáveis justificadas no processo.</li> </ul> <b>Mulheres vítimas de violência doméstica (quando o objeto envolver serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra)</b>	





		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserir cláusula de <b>reserva de vagas entre 3% e 5%</b> dos postos de trabalho, <b>quando o contrato tiver quantitativo mínimo de 50 colaboradores</b>, com manutenção do percentual durante toda a execução, conforme <b>Lei Estadual nº 9.945/2023 (Pará)</b>.</li> <li>• Prever, no edital/TR, a possibilidade de exigência de percentual mínimo de mão de obra composta por <b>mulheres vítimas de violência doméstica</b>, conforme <b>art. 25, § 9º, I, da Lei nº 14.133/2021</b>, compatibilizando a regra federal com a política estadual aplicável.</li> </ul> <p><b>Pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social (PCD)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exigir, na habilitação, <b>declaração do licitante</b> de que cumpre as exigências de <b>reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social</b>, conforme <b>art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021</b>.</li> </ul>
<p><b>6.4 -</b></p> <p><b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA</b></p>		<p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><b>Especificar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Descontinuidade do fornecimento de oxigênio medicinal</b> Risco de atraso na entrega, falha no reabastecimento, troca fora do prazo ou falta de cilindros disponíveis, gerando interrupção do tratamento domiciliar. A contratada assume o risco de manter abastecimento regular e contingência logística.</li> <li>• <b>Indisponibilidade de equipamentos críticos por falha técnica</b> Risco de pane em concentradores, ventiladores domiciliares, CPAP/BIPAP, oxímetros e aspiradores, com impacto direto no cuidado. A contratada assume o risco de manter manutenção preventiva e corretiva e substituição imediata por equipamento equivalente.</li> <li>• <b>Falha na logística de entrega, troca e recolhimento em domicílio</b> Risco operacional por rotas, condições de acesso,</li> </ul> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>





CONTRATADA?

demandas simultâneas, restrição de horário, eventos climáticos e fluxo urbano, comprometendo SLA. A contratada assume o risco de organização de rotas, frota e equipe suficientes.

- **Erro de instalação, ajuste ou orientação inicial no domicílio** Risco de montagem inadequada, ajuste incorreto de fluxos, conexões ou interfaces, ou orientação insuficiente ao usuário/cuidador, com possibilidade de uso inadequado e eventos adversos. A contratada assume o risco de instalar, testar, orientar e registrar aceite técnico do atendimento inicial.

- **Ausência ou insuficiência de reserva técnica e contingência operacional**

Risco de não haver estoque/backup de cilindros e equipamentos para picos de demanda, emergências e substituições, resultando em atraso

de reposição. A contratada assume o risco de manter reserva técnica compatível com a demanda regulada.

		<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Danos, perdas ou extravios de cilindros e equipamentos no ciclo domiciliar</b> Risco de avarias no transporte, extravio, mau acondicionamento e desgaste por uso contínuo. A contratada assume o risco de reposição, controle patrimonial e manutenção de integridade e segurança dos itens sob sua responsabilidade.</li><li>• <b>Risco de resposta tardia a situações urgentes domiciliares</b> Risco de demora no atendimento em falhas críticas ou esgotamento de oxigênio, elevando risco assistencial. A contratada assume o risco de cumprir prazos de resposta e escalonamento de atendimento conforme descrito neste TR.</li></ul>
	<input type="checkbox"/> Não.	
<b>6.5 – HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.	<p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de <b>dd/mm/aaaa</b> a <b>dd/mm/aaaa</b>, no horário de <b>XXhYYm</b> às <b>XXhYYm</b>, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar <b>declaração</b> nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, <b>renunciando</b> à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

**7 - FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

(art. 6º, XXIII, e)

A execução ocorrerá **sob demanda regulada pela SESPA**, mediante **ordem de serviço** emitida pela fiscalização/gestão do contrato, com indicação do usuário, endereço, modalidade assistencial e itens necessários. A contratada deverá:

- Realizar **instalação domiciliar** dos equipamentos e/ou entrega de oxigênio medicinal conforme prescrição e regulação, com teste de funcionamento e orientação ao usuário e cuidador quando aplicável.
- Manter **disponibilidade operacional contínua**, com logística de **entrega, troca e recolhimento** de cilindros e equipamentos, garantindo continuidade do tratamento.
- Executar **manutenção preventiva e corretiva** durante toda a vigência, incluindo reposição de peças e **substituição imediata** de qualquer unidade indisponível por falha técnica, pane, acidente, desempenho inadequado ou ausência de condições de uso.
- Registrar cada atendimento por meio de **ordem de serviço**, com evidências mínimas: data e hora, endereço, item atendido, número/identificação do equipamento ou cilindro, condição encontrada, providência executada, assinatura ou confirmação do responsável no domicílio e identificação do técnico.
- Manter canal de acionamento para ocorrências e urgências, com prazos de resposta e atendimento definidos no Termo de Referência, compatíveis com o risco assistencial do objeto.

**Recebimento do serviço (provisório e definitivo):**

- **Recebimento provisório:** ocorrerá mensalmente, por meio de conferência dos relatórios e

evidências de execução (instalações, trocas, recolhimentos e manutenções), para fins de medição.

- **Recebimento definitivo:** ocorrerá após validação mensal da conformidade da execução e do cumprimento dos níveis mínimos de serviço, com emissão do ateste pela fiscalização, sem prejuízo da responsabilização por vícios e falhas identificadas posteriormente.

### Regime de execução:

Regime de **empreitada por preço unitário**, com remuneração por unidade de medição definida no TR (m<sup>3</sup> de oxigênio fornecido e mensalidade por equipamento disponibilizado/operacional), incluindo fornecimento e prestação de serviço associado.

<b>7.1 - COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</b>	<input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. <input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.
<b>7.2 - LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>	<b>Local:</b> domicílio dos usuários regulados pela SESPA, <b>na Região Metropolitana I de Belém</b> , conforme endereços indicados nas ordens de serviço, com variação conforme demanda assistencial.  <b>Horário:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Atendimento programado (instalações, trocas regulares e manutenções preventivas):</b> das <b>08h00 às 18h00</b>, em dias úteis, ou conforme agendamento registrado em ordem de serviço.</li><li>• <b>Atendimento para ocorrências (falha, pane, indisponibilidade, necessidade de reposição urgente): 24 horas por dia, 7 dias por semana</b>, com prazos de resposta e atendimento definidos no Termo de Referência, para evitar interrupção do tratamento.</li></ul>

## 8 - PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO

(art. 6º, XXIII, a e g)

<b>8.1 - PRAZO DO CONTRATO</b>	<b>12 meses.</b>
<b>8.2 - HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.

<b>8.3 – FORMA DE PAGAMENTO</b>	<b>Meio</b>	Ordem bancária.
	<b>Onde?</b>	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	<b>Qual o prazo?</b>	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em agência e conta corrente do Banco do Estado do Pará.
	<b>Prova da regularidade de fiscal</b>	Caso o prestador não possua conta no banco Banpará, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento dos produtos.  A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
<b>8.4 – QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.  <input type="checkbox"/> Não há.	<b>Justificativa:</b> Será exigida garantia contratual correspondente a <b>5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato</b> , nos termos do <b>art. 98, caput, da Lei nº 14.133/2021</b> , que autoriza a Administração a exigir garantia para contratos de obras, serviços e fornecimentos, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.  <b>Justificativa:</b> (caso não tenha garantia)
<b>9 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b> (art. 6º, XXIII, j)		
<b>9.1 – DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b>	Funcional Programática:  Elemento de Despesa: Fonte do Recurso:	8288 - Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade.  39030 - Material de Consumo. 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte do Recurso Estadual.

Belém (PA), 16 de março. de 2026.

(Por Assinatura Eletrônica)

ALEXANDRE A S LIMA

Coordenador Grupo de Trabalho

Fisioterapeuta / Fiscal de Contrato de Oxigenoterapia

Mat. 5979628-1

COORDENAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEPED/DDRA/SESPA

*(Por Assinatura Eletrônica)*

MARIA IRACY TUPINAMBÁ

Coordenadora da CEPED/DDRA/SESPA

Mat. 5529310-4

COORDENAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEPED/DDRA/SESPA

## APÊNDICE ANEXO I

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PAE nº 2025/3434679

## 1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18, §1º, I, da Lei Federal nº 14.133/21)

1.1 - QUAL A NECESSI-  
DAD  
E A SER  
ATENDIDA?

A necessidade a ser atendida consiste em assegurar, de forma contínua e segura, o suporte respiratório em domicílio para usuários do SUS sob responsabilidade e regulação, CEPED/DDRAR da SESP, quando houver indicação clínica de oxigenoterapia domiciliar prolongada e, quando aplicável, ventilação mecânica domiciliar. A demanda envolve a disponibilização de equipamentos e insumos essenciais para manutenção da oxigenação e da ventilação, com atendimento domiciliar estruturado para instalação, acompanhamento técnico e manutenção, de modo a garantir a efetividade do tratamento e a segurança do paciente fora do ambiente hospitalar.

A contratação é necessária porque parte desses usuários depende de suporte respiratório por tempo prolongado, com risco de descompensação clínica, podendo agravar sua condição de saúde. A ausência de um serviço de oxigenoterapia em domicílio pode elevar o risco de agravamento respiratório, aumento de atendimentos de urgência e reinternações evitáveis, além de comprometer a continuidade do cuidado na transição pós alta hospitalar e na Atenção Domiciliar. A SESP precisa de um arranjo contratual que reduza falhas operacionais e assegure resposta compatível com a criticidade do serviço.

A solução demandada deve contemplar a locação de equipamentos de oxigenoterapia domiciliar, com obrigação de instalação em domicílio, testes de funcionamento, orientação operacional ao usuário e cuidador quando pertinente, e manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência. Deve incluir logística de entrega, substituição imediata em caso de falha, rastreabilidade de atendimentos e registro de chamados técnicos. Deve contemplar também o fornecimento de oxigênio medicinal quando indicado, na forma de cilindros e acessórios em regime de comodato, garantindo regularidade de abastecimento e adequação do conjunto de itens ao perfil assistencial do usuário.

O serviço deverá abranger a Região Metropolitana I conforme demanda regulada, com capacidade de atendimento domiciliar compatível com distâncias e criticidade. O dimensionamento deve ser sustentado por cadastro atualizado e série histórica da área técnica, com estratificação por modalidade terapêutica, perfil clínico, tempo de permanência e distribuição territorial, para orientar quantitativos, níveis de serviço e critérios de continuidade.

## 2 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

(arts. 18, §1º, V, e 44 da Lei Federal nº 14.133/21)

2.1 - ONDE FORAM  
PESQUISADAS  
AS  
POSSÍVEIS  
SOLUÇÕES?☐ Consulta a fornecedores.☒ Internet.☒ Outro.☒ Contratações similares.☐ Audiência pública.**Especificar:** (Indicar o meio).

<p><b>2.2 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</b></p>	<p>O levantamento identificou três arranjos usuais para atender a demanda:</p> <p><b>Opção 1. Aquisição de equipamentos pela SESPA com manutenção contratada separadamente.</b> Sob o ponto de vista técnico, essa alternativa exige que a SESPA assuma a gestão do parque tecnológico, incluindo dimensionamento de estoque de reserva, controle de vida útil, calibração, reposição de peças e logística de substituição em falhas. Em assistência respiratória domiciliar, essa fragmentação amplia o risco de descontinuidade por depender de múltiplos contratos e fluxos distintos para manutenção, troca e eventual fornecimento de oxigênio medicinal. No aspecto econômico, tende a elevar o custo total do ciclo de vida por obsolescência tecnológica, necessidade de imobilização de capital, formação de estoque de contingência, custos recorrentes com peças, suporte e deslocamentos, além de maior carga administrativa para gestão e fiscalização de contratos separados.</p> <p><b>Opção 2. Locação integrada com instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição por falha e suporte técnico incluídos, com fornecimento de oxigênio medicinal quando indicado, incluindo cilindros e acessórios em comodato.</b> Tecnicamente, é a alternativa mais aderente a serviço continuado e de alta criticidade, pois concentra no contratado a responsabilidade pela disponibilidade operacional, pela instalação segura em domicílio, por prazos de atendimento e por substituição imediata em falha, reduzindo risco assistencial de interrupção do suporte ventilatório e da oxigenoterapia. Esse modelo também facilita padronização de rotinas, rastreabilidade de chamados e controle de desempenho por níveis de serviço. Economicamente, reduz custos indiretos de gestão do parque, minimiza necessidade de estoque próprio e mitiga risco de obsolescência, pois a atualização e manutenção ficam incorporadas ao preço do serviço, favorecendo previsibilidade orçamentária e vantajosidade quando se considera o custo total do ciclo de vida e o desempenho exigido.</p> <p><b>Opção 3. Modelo híbrido com parte do parque próprio e parte locada para picos, contingência e reposição.</b> Do ponto de vista técnico, pode ser útil em cenários com alta variabilidade de demanda, judicializações e necessidade de resposta imediata em situações específicas, pois combina disponibilidade própria com flexibilidade de ampliação por locação. Contudo, exige governança mais complexa, com integração de protocolos, padronização de acessórios e dupla gestão de manutenção e substituição, o que aumenta risco de inconsistências operacionais se não houver coordenação robusta. Na dimensão econômica, pode reduzir custos em parte da demanda estável, mas tende a elevar custo de governança e de gestão logística, além de manter parte do risco de obsolescência e de imobilização de capital nos equipamentos próprios.</p> <p><u>Da análise</u></p> <p>Considerando o risco assistencial e a necessidade de continuidade do cuidado em domicílio, a alternativa que apresenta melhor aderência é a <b>Opção 2, locação integrada com instalação, manutenção e substituição incluídas, com fornecimento associado de oxigênio medicinal quando indicado e comodato de cilindros e acessórios</b>, por concentrar responsabilidade operacional, permitir definição e cobrança de níveis de serviço, reduzir</p>
	<p>indisponibilidade por falhas técnicas e demonstrar melhor relação custo-benefício no ciclo de vida. Essa escolha atende ao dever de comparar alternativas e justificar a vantajosidade.</p>
<p><b>2.3 - HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>3 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO</b> (art. 18, §1º, III, da Lei Federal nº 14.133/21)</p>	
	<p><input type="checkbox"/> Bem.</p>



Travessa Lomas Valentinas, 2190 – Marco – CEP 66.093-677 – Belém/PA  
E-mail: [cplsespa.nc@gmail.com](mailto:cplsespa.nc@gmail.com)

		manômetro, fluxômetro, copo umidificador ou kit macronebulizador, cateter na- sal tipo óculos ou máscaras conforme indicação clínica (máscara simples com orifício lateral, máscara para traqueostomia ou kit Venturi), com cilindros na cor verde e identificação conforme ABNT NBR 7500, pureza mínima de 99,5% e iden- tificação ONU 1072. Os cilindros devem ser fabricados sem costura para alta pressão, em aço médio manganês ou cromo molibdênio, normatizados DOT 3A e DOT 3AA, com válvulas e dispositivos de segurança, gravação na calota com iden- tificação do gás e rotulagem completa com fórmula, pureza, simbologia de risco e quantidade, além de conexões conforme normas técnicas pertinentes. Todos os itens devem possuir registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.
	2	<b>OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO FORNECIDO EM CILINDROS, EM REGIME DE CO- MODATO, COM CAPACIDADE DE 1 M<sup>3</sup></b> , para uso residencial como backup de cilindros em uso, backup de concentradores e mobilidade do paciente dentro e fora do domicílio, incluindo válvula reguladora com manômetro, fluxômetro, copo umidificador ou kit macronebulizador, cateter nasal tipo óculos ou máscaras conforme indicação clínica e carro de transporte com rodas. Devem ser observa- dos os mesmos padrões de identificação, segurança e rastreabilidade do cilindro, com ABNT NBR 7500, pureza mínima de 99,5%, identificação ONU 1072, cilindro verde, fabricação sem costura, padrão DOT 3A e DOT 3AA, gravação na calota, rotulagem completa e conexões conforme normas técnicas pertinentes, com re- gistro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.
	3	<b>CONCENTRADOR ESTACIONÁRIO DE OXIGÊNIO</b> , com fluxo mínimo de 1 L/min e máximo de 10 L/min, grau de pureza mínimo de 87%, nível máximo de ruído de 55 dB, montado sobre rodízios, com controle de fluxo em incrementos de 1 L/min, filtro para remoção de poeiras e partículas, sistema de adaptação para umidifica- dor e sistema de detecção de queda por falha elétrica e baixa concentração de O <sub>2</sub> . Deve ser disponibilizado em tensão compatível com a rede elétrica do muni- cípio e da residência do usuário, em 110/127 V e ou 220/230 V. Exige-se registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.
	4	<b>CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL</b> , com mobilidade ao paciente, fluxo mí- nimo de 1 L/min e máximo de 2 L/min, em modo pulsado e contínuo, nível de ruído de até 50 dB, peso máximo de 4,53 kg com bateria recarregável bivolt ins- talada, acompanhado de bolsa e ou carro de transporte e fontes de alimentação para corrente contínua e alternada. Exige-se registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.
	5	<b>APARELHO CPAP</b> para tratamento de apneia do sono, sem frequência, com faixa de pressão de 0 a 20 cmH <sub>2</sub> O, sendo que a mínima não deve ultrapassar 3 cmH <sub>2</sub> O e a máxima não deve ser menor que 20 cmH <sub>2</sub> O, com tempo de rampa de 0 a 45 minutos, ajuste automático de altitude, compensação automática de pressão, dis- positivo de conforto expiratório, fonte e cabo de alimentação, bivolt e 12 VDC, alarme de vazamento de máscara e peso máximo de 3 kg. Todos com registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.

	6	<p><b>APARELHO BIPAP</b> com dois níveis de pressão e com frequência, contendo no mínimo os seguintes requisitos: dois níveis de pressão IPAP e EPAP; modos ventilatórios Spontaneous, Spontaneous/Timed, Timed, CPAP ou análogos; pressão IPAP até 30 a 40 cmH<sub>2</sub>O; EPAP/CPAP com mínimo 0 a 4 e máximo 20 a 30 cmH<sub>2</sub>O; tempo de rampa de 0 a 45 minutos; cartão de memória; alimentação 110 a 240 VCA bivolt; compensação de vazamentos; instruções de uso em português.</p> <p>Todos com registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.</p>
	7	<p><b>VENTILADOR DE SUPORTE À VIDA PARA USO DOMICILIAR</b>, para suporte ventilatório contínuo ou intermitente, aplicável à ventilação invasiva (traqueostomia) e não invasiva (máscaras orofaciais ou nasais), para pacientes pediátricos a adultos, apto para uso em domicílio e em uso portátil, sem finalidade de ventilador de transporte. Deve conter, no mínimo, modos de volume A/C, SIMV, CV e análogos; modos de pressão CPAP, S, S-T, T, SIMV e análogos, PSV, P A/C, P SIMV; pressão mínima IPAP entre 1 a 5 cmH<sub>2</sub>O e máxima entre 40 a 60 cmH<sub>2</sub>O; EPAP/PEEP/CPAP mínima entre 0 a 5 cmH<sub>2</sub>O e máxima 20 a 30 cmH<sub>2</sub>O; diferencial de suporte de pressão PS mínimo entre 0 a 5 e máximo 30 a 40 cmH<sub>2</sub>O; frequência respiratória mínima 0 a 5 rpm e máxima 40 a 60 rpm; volume corrente superior a 50 ml e inferior a 2.500 ml; ruído menor que 30 dBA; alarmes de desconexão de circuito, apneia, volume corrente e frequência respiratória; monitoração de volume corrente, frequência respiratória, tempo inspiratório, relação I:E, pressão de pico e pressão expiratória; adaptador ou conector para enriquecimento de oxigênio com fonte de baixa pressão de O<sub>2</sub>; peso inferior a 6 kg; bateria interna com autonomia mínima de 2 horas; alimentação 100-240 VCA e 12-30 V, cabo de força, filtros de ar, cartão de memória e instruções em português. Todos com registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.</p>
	8	<p><b>ASPIRADOR DE SECREÇÕES</b> com capacidade mínima de 1.000 ml e vazão mínima de 14 L/min, com bomba de sucção isenta de óleo, frasco coletor termoplástico, tampa, tubo intermediário e tubo de sucção, alça para transporte, filtro de ar, liga e desliga, controle de intensidade de vácuo, válvula de segurança térmica, cabo de alimentação e bivolt, com manual de instruções. Deve estar higienizado e em perfeitas condições de uso. Todos com registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.</p>
	9	<p><b>OXÍMETRO PORTÁTIL DE MESA COM VISOR COLORIDO</b>, visualização de curva pletismográfica e indicação numérica de saturação periférica de oxigênio e pulso, com baterias recarregáveis e carregador integrado ou base carregadora, alimentação bivolt, cabo de força, manual de instrução e capa de proteção com suporte. Peso máximo de 500 g. Faixa de leitura de SpO<sub>2</sub> com mínimo na faixa de 0 a 40% e máximo de 100%. Faixa de leitura de pulso com mínimo entre 25 a 35 bpm e máximo entre 250 a 300 bpm. Alarmes audiovisuais para sensor, saturação e pulso. Deve possuir registro na Anvisa</p>
	10	<p><b>SISTEMA DE TOSSE ASSISTIDA COM CIRCUITO DO PACIENTE</b>, incluindo filtro bacteriológico, tubo flexível entre 1,5 e 2 m e máscara para pacientes pediátricos e</p>

		adultos, cabo de alimentação CA, filtro de ar, cartão SD e manual do usuário em português. Deve incluir acessórios de interface do paciente, com tamanhos de máscara infantil, adaptadores de traqueostomia, bocal, coletor de umidade e tubo flexível do circuito do paciente entre 1,5 e 3 m. Deve possuir modos manual e automático, com configuração de pressão positiva por tempo de inspiração, pressão negativa por tempo de expiração e pressão atmosférica por tempo de pausa. Quando o recurso Cough-Trak estiver ativado, o modo automático deve fornecer pressão positiva quando detectar esforço inspiratório do paciente, seguido de pressão negativa por tempo de expiração e pressão atmosférica até o próximo esforço inspiratório. Todos com registro na Anvisa e conformidade ABNT e ISO.
3.8 - QUAIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas técnicas aplicáveis.	<input checked="" type="checkbox"/> Não utilização de bens e produtos com substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e outras diretivas similares, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr(VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBB's) e éteres difenil-polibromados (PBDE's).
	<input checked="" type="checkbox"/> Atendimento aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelos órgãos competentes como produtos sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.	<input checked="" type="checkbox"/> Maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.
	<input checked="" type="checkbox"/> Utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.	<input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: <ul style="list-style-type: none"> <li>Exigir gestão ambiental do ciclo completo do serviço.</li> <li>Prever logística reversa e destinação ambientalmente adequada de consumíveis e componentes substituídos. Exemplos: filtros, circuitos, umidificadores, traqueias e acessórios.</li> <li>Incluir regras para resíduos gerados na assistência domiciliar, alinhadas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.</li> <li>Determinar segregação, acondicionamento e transporte conforme normas sanitárias e ambientais aplicáveis.</li> <li>Exigir rastreabilidade documental da coleta, transporte e destinação final.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incluir coleta seletiva no apoio operacional e administrativo do contrato.</li> <li>• Exigir identificação por código de cores e encaminhamento de recicláveis para destinação adequada, conforme padronização nacional.</li> <li>• Prever treinamento interno da contratada para reduzir consumo de energia, água e geração de resíduos em atendimentos, deslocamentos e rotinas técnicas, alinhado às diretrizes estaduais de sustentabilidade.</li> <li>• Inserir requisitos sociais e de inclusão.</li> <li>• Quando houver dedicação exclusiva de mão de obra, prever cláusula de reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica, com sigilo e medidas de proteção.</li> <li>• Exigir cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados,</li> </ul>
<b>3.9 - HÁ PRIORIDADE PARA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO, CONFORME LEI Nº 12.305/2010?</b>	<input type="checkbox"/> Não foram adotados critérios de sustentabilidade, conforme fundamentação técnica e mercadológica em anexo.  <input type="checkbox"/> Sim, para produtos reciclados e recicláveis. <input checked="" type="checkbox"/> Sim, para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. <input type="checkbox"/> Não. <b>Justificativa:</b>
<b>3.10 - HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
<b>4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b> (art. 18, §1º, VII, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>4.1 - O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	Prestação de serviço continuado, sob demanda regulada, para disponibilização em domicílio de solução integrada de oxigenoterapia domiciliar, envolvendo locação de equipamentos de suporte ventilatório domiciliar, bem como o fornecimento de oxigênio medicinal quando indicado, incluindo cilindros e acessórios em regime de comodato, com instalação em domicílio, orientação operacional inicial, suporte técnico, reposição e substituição de equipamentos por falha, e logística associada para garantir continuidade do cuidado.
<b>4.2 - QUAL O PRAZO DA GARANTIA</b>	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> dias.

CONTRATUAL ?	<input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
4.3 - HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> o objeto envolve equipamentos e insumos críticos para manutenção da oxigenação e ventilação em domicílio. A execução exige suporte técnico para instalação segura, verificação funcional, resposta a alarmes, correção de falhas, orientação ao usuário e cuidador, e atendimento com tempo de resposta compatível com risco assistencial, inclusive para substituição imediata de equipamento indisponível, evitando interrupção do tratamento e eventos adversos. <input type="checkbox"/> Não.
4.4 - HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Descrever solução:</b> a manutenção integra o escopo do contrato, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra, deslocamento, peças, calibrações, testes de segurança e funcionalidade, higienização técnica quando aplicável, e troca imediata de equipamento por falha, pane, indisponibilidade ou desempenho fora do padrão mínimo. A contratada deve manter plano de contingência, registro e rastreabilidade de chamados, e capacidade de atendimento domiciliar conforme níveis de serviço definidos no Termo de Referência. <input type="checkbox"/> Não.
<b>5 – DIMENSIONAMENTO DO OBJETO</b> (art. 18, §1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)	
5.1 - COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Levantamento atual. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. <b>Especificar:</b> histórico de consumo do último exercício e projeções de atendimento, com margem de contingência para variações sazonais e demandas emergenciais.
5.2 - DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO	<b>Base do cálculo</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Histórico de consumo do último exercício.</li><li>Projeção de atendimento para o próximo período.</li></ul> <b>Oxigênio medicinal em cilindros de 4 a 10 m³</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Estimativa mensal: <b>6.600 m³/mês.</b></li></ul>

- Estimativa anual: **79.200 m³/ano.**

**Oxigênio medicinal em cilindros de 1 m³**

- Finalidade: contingência e mobilidade.
- Estimativa mensal: **500 m³/mês aproximado**
- Estimativa anual: **6000 m³/ano.**

**Equipamentos de ventilação mecânica domiciliar**

- Estimativa: **aproximadamente 260 unidades** em uso contínuo.

**Manutenção preventiva e corretiva**

- Cobertura prevista: **100% dos equipamentos disponibilizados.**

**Atendimentos e entregas em domicílio**

- Estimativa: **25 atendimentos/mês.**

**Trocas emergenciais**

- Margem prevista: **até 10%** da quantidade mensal contratada.

**Reserva técnica**

- Acréscimo previsto: **até 25%** para demandas emergenciais e variações sazonais.

<b>5.3 - ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>
	1	O2 EM CILINDROS DE 4-10 M³	m³	6.600
	2	O2 EM CILINDROS DE 1 M³	m³	500
	3	CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO	UND	200
	4	CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO PORTATEIS	UND	30
	5	APARELHO CPAP	UND	200
	6	APARELHO BIPAP	UND	250
	7	VENTILADOR DE SUPORTE À VIDA PARA USO DOMICILIAR	UND	200
	8	ASPIRADOR DE SECREÇÕES	UND	200
	9	OXÍMETRO PORTÁTIL DE MESA	UND	80
	10	SISTEMA DE TOSSE ASSISTIDA COM CIRCUITO DO PACIENTE	UND	50
<b>5.4 - EM CASO DE BEM IMÓVEL, QUAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DIMENSIONAR O TAMA-NHO NECESSÁRIO?</b>	<input type="checkbox"/> Especificar:  <input checked="" type="checkbox"/> Item prejudicado, não se trata de imóvel.			



5.5 - EM CASO DE BEM  
IMÓVEL, HÁ ALGUM DE  
PROPRIEDADE DO  
ES- TADO PARA  
ATENDER A  
DEMANDA  
?

- ☐ Sim.
- ☐ Não, conforme certidão no processo (seq. XX).
- ☒ Item prejudicado, não se trata de aquisição ou locação de imóvel.

**6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**  
(art. 18, §1º, VI, da Lei Federal nº 14.133/21)

6.1 - MEIOS  
USADOS NA  
PESQUISA

- ☒ Pannel de preços. ☐ Contratações similares.
- ☐ Simas. ☐ Fornecedores.
- ☒ Internet. ☒ Outro.
- Especificar:** consulta a documentos públicos em portais oficiais e repositórios de atos de contratação, incluindo Portal Nacional de Contratações Públicas

6.2 - ESTIMA-  
TIVA  
DE  
PREÇO

Item	Descrição	QTD ANUAL	VALOR ANUAL
1	O2 em cilindros de 4 a 10 m³ (m³)	79.200	SIGILOSO
2	O2 em cilindros de 1 m³ (m³)	6.100	SIGILOSO
3	Concentradores de oxigênio	200	SIGILOSO
4	Concentradores de oxigênio portáteis	30	SIGILOSO
5	CPAP	210	SIGILOSO
6	BIPAP	260	SIGILOSO
7	Ventilador de suporte à vida para uso domiciliar	210	SIGILOSO
8	Aspirador de secreções	200	SIGILOSO
9	Oxímetro portátil de	90	SIGILOSO
10	Sistema de tosse assistida com circuito do paciente	80	SIGILOSO
		SIGILOSO	SIGILOSO

**Observação:**

1. Quanto aos itens 1 e 2, refere-se a itens de consumo.
2. Quanto aos itens 3 a 10, refere-se a prestação de serviço e locação, os valores descritos fazem referência ao parque instalado.

**7 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**  
(art. 18, §1º, VIII, art. 40, V, b, 47, II, da Lei Federal nº 14.133/21)**7.1 - A SOLUÇÃO SERÁ  
DIVIDIDA EM ITENS?**☐ Sim.☒ Objeto indivisível.☒ Perda de escala.☒ Tecnicamente inviável.☒ Economicamente inviável.☒ Outro.

**Especificar:** Apesar de o parcelamento ser a regra, neste caso a solução não será dividida em itens, por inviabilidade técnica e por se tratar de objeto funcionalmente integrado, sob pena de comprometer a continuidade assistencial e a segurança do paciente. A contratação envolve cadeia única e indissociável de responsabilidades, com necessidade de operação contínua e padronização de rotinas, incluindo logística, rastreabilidade, segurança, manutenção, reposição e controle operacional.

☐ Não. **Por quê?**☐ Aproveitamento da competitividade.

A divisão em itens criaria múltiplas interfaces contratuais, com risco de conflitos de responsabilidade entre fornecedores, aumento de falhas de coordenação, dificuldades de fiscalização, elevação do risco assistencial e maior probabilidade de descontinuidade do serviço. Também reduziria ganhos de escala e elevaria custos indiretos de gestão do contrato, com impacto na eficiência.

Assim, a não adoção do parcelamento preserva a governança contratual, concentra a responsabilidade técnica e operacional em um único contratado e assegura desempenho uniforme da solução, em linha com o planejamento da contratação. Fundamentação. Art. 18, §1º, VIII, art. 40, V, b, e art. 47, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**  
(art. 18, §1º, XI, da Lei Federal nº 14.133/21)

<b>8.1 - HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>9 – ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO</b> (art. 18, §1º, II, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>9.1 - HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar item do PCA:</b> nn.  <input type="checkbox"/> Não. <b>Justificativa e providências:</b>
<b>10 – RESULTADOS PRETENDIDOS</b> (art. 18, §1º, IX, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>10.1 - QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</b>	<div><input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo</div> <div><input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho</div> <div><input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo</div> <div><input type="checkbox"/> Redução de Custos</div> <div><input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Outro.</div> <p><b>Especificar:</b> Garantir continuidade e disponibilidade operacional do serviço, com resposta oportuna às demandas assistenciais. Reduzir riscos operacionais e assistenciais por padronização de rotinas, controle e rastreabilidade. Aumentar eficiência com centralização de responsabilidades e redução de falhas de coordenação. Fortalecer a execução de política pública de saúde, assegurando suporte logístico e operacional compatível com a necessidade institucional, conforme art. 18, §1º, IX, da Lei nº 14.133/2021.</p>
<b>11 – PENDÊNCIAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO</b> (art. 18, §1º, X, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>11.1 - HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>11.2 - QUAIS SÃO OS SETORES RESPONSÁVEIS PELAS PROVIDÊNCIAS</b>	

PENDENTE  
S?**12 – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO**

(art. 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133/21)

**12.1 - HÁ PREVISÃO DE  
IMPACTO AMBIENTAL NA  
CONTRATAÇÃO?**☒ Sim.**Impactos:**

Geração de resíduos comuns e, conforme a natureza do serviço, resíduos de saúde. Emissões atmosféricas e consumo de combustível por deslocamentos. Consumo de energia e insumos de manutenção. Consumo de papel quando houver documentação física.

**Medidas de mitigação:**

Adoção de comprovação e tramitação digital como padrão, com redução de impressões. Gerenciamento de resíduos conforme classificação e destinação ambientalmente adequadas, com observância do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde quando aplicável. Manutenção preventiva para eficiência energética e redução de emissões. Treinamento e rotinas operacionais para evitar desperdícios de insumos e re- duzir retrabalho.

☐ Não.**13.1 - A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE  
TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?**☒ Sim.☐ Não.

Belém (PA), 6 de fevereiro de 2026.

  
**ALEXANDRE A S LIMA**

Coordenador Grupo de Trabalho  
Fisioterapeuta / Fiscal de Contrato de Oxigenoterapia Mat. 5979628-1  
COORDENAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEPED/DDRA/SESPA

MARIA IRACY TUPINAMBÁ – Coordenadora da CEPED/DDRA/SESPA Mat. 5529310/2 - COORDENAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA –  
CEPED/DDRA/SESPA

MINUTA COM ANEXO DE CADASTRO DE RESERVA)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2026 PREGÃO  
ELETRÔNICO SRP N.º XXXXXX/XXXX/SESPA PROCESSO PAE N.º  
2025/3434679

A **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**, entidade pertencente ao Governo do Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 05.054.929/0001-17, estabelecida à Travessa Lomas Valentinas, nº 2190, Bairro do Marco, CEP: 66.093-677, nesta capital, neste ato representada por seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado como Ordenador de Despesas pela Portaria nº 59, de 12 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 36.496, de 14 de janeiro de 2026, doravante denominada SESP A e a Empresa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. XXXX/XXXX/SESPA, publicada no D.O.E. nº. XXXXX de XX/XX/XXXX, Processo Administrativo nº. XXXX/XXXXXXXX, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 3.371, de 29 de Setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de ....., conforme o Termo de Referência realizado por ...../SESPA, anexo do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº...../20.., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)			
	Especificação	Unidade	Qtde. Total (SESPA)	Valor Unitário
				R\$

2.1.1. O valor global da Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O Órgão Gerenciador será a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ – SESP A.

3.2. O HEMOPA será órgão partícipe nesta ata Ata.

#### **4. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei (Art. 90 da Lei 14.133/2021).

4.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (Parágrafo primeiro do Art. 90 da Lei 14.133/2021).

4.1.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor. (Parágrafo segundo, do Art. 90 da Lei 14.133/2021).

#### **5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, Decreto Estadual n.º 3.371, de 29 de Setembro de 2023.

5.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantajosidade para a administração pública estadual da utilização da ata de registro de preços.

5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (Parágrafo quarto, do Art. 86 da Lei 14.133/2021).

5.4. As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem. (Parágrafo quinto, do Art. 86 da Lei 14.133/2021).

5.5. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 – P).

5.6. Ao Órgão não Participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

#### **6. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.2.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a

possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.2.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.2.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.2.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.2.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.2. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.5.3. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

6.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.5 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.2.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7. REVISÃO E CANCELAMENTO**

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

7.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou;

7.6.4. Sofrer sanção administrativa prevista nos Art. 155 e Art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021.

7.6.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2 e

7.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.7.1. por razão de interesse público, ou;

7.7.2. a pedido do fornecedor.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 6º, inciso X, do Decreto Estadual n.º 3.371/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento se relacionar às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inciso VI, do Decreto Estadual n.º 3.371/2023).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 24 do Decreto Estadual n.º 3.371/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

9.2.1. A contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame, ou;

9.2.2. A contratação (adesão de item) de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

9.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços nos termos do Art. 82, parágrafo quinto, inciso VI, da Lei 14.133/2021.

9.4. Os preços referidos nesta Cláusula incluem todos os impostos, taxas, fretes, que incidam sobre a transação.

9.5. Em toda Nota de Empenho decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XXXXX/XXXX/SESPA, que integra o presente instrumento como se nele transcrito estivesse.

9.6. É de exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata de Registro de Preços a forma de aquisição dos produtos, conforme regras estabelecidas no Edital, não podendo, entretanto, modificar as especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XXXXX/XXXX/SESPA.

9.7. Os pagamentos relativos à aquisição serão realizados pelos órgãos e entidades estaduais através de crédito em conta corrente da empresa detentora, em Agência do Banco do Estado do Pará, conforme notas de empenho ou obedecendo a Instrução Normativa Nº 0018, de 21 de maio de 2008.

9.8. A detentora da presente Ata de Registro de Preços está obrigada a atender todas as solicitações efetuadas pelos órgãos participantes, bem como aqueles que venham a participar durante seu período de vigência.

9.9. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora assumidas, sujeitará a(s)detentora(s) às sanções previstas na legislação vigente e no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XXXX/XXXX/SESPA, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

9.10. A detentora assume, como exclusivamente seu, os riscos e as despesas decorrentes dos serviços e fornecimentos, material, mão de obra, aparelhos, veículos e equipamentos necessários à boa e perfeita execução do objeto desta Ata.

9.11. O Estado do Pará não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela(s) detentora(s) com terceiros, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços.

9.12. A detentora manterá, durante toda a vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas na licitação.

9.13. Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Ata de Registro de Preços.

Belém - PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

REPRESENTANTE LEGAL  
EMPRESA XXXXXXX.  
CNPJ/MF sob nº XXXXX/XXXX

---

**PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA**  
**SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO**  
**ADMINISTRATIVA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA**

**ANEXO ÚNICO  
CADASTRO DE  
RESERVA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º  
XXXXXX/XXXX/SESPA PROCESSO PAE N.º  
2025/3434679**

**1. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DE FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS NAS MESMAS CONDIÇÕES E PREÇOS DO ADJUDICATÁRIO DO CERTAME**

1.1 Seguindo a ordem de classificação no Pregão Eletrônico SRP N.º XXXXX/XXXX/SESPA, segue a relação de Fornecedores que aceitaram cotar os Itens com preços iguais aos do Adjudicatário, conforme disposto no Artigo 82, § 5º, inciso VI da Lei 14.133/2021:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)			
	Especificação	Unidade	Qtde. Total (SESPA)	Valor Unitário
				R\$

**2. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DE FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL**

2.1. Seguindo a ordem de classificação no Pregão Eletrônico SRP N.º XXXX/XXXX/SESPA, segue a relação de Fornecedores que mantiveram sua proposta original, conforme disposto no Artigo 82, § 5º, inciso VI da Lei 14.133/2021:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)			
	Especificação	Unidade	Qtde. Total (SESPA)	Valor Unitário
				R\$

Belém - PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

MINUTA

CONTRATO SESPA Nº XXXX/2026

PAE nº 2025/3434679

RESUMO

CONTRATANTE

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA  
CNPJ sob o nº 05.054.929/0001-17

CONTRATADO



Nome da Pessoa

Física CPF nº

xxx.xxx.xxx-xx. Ou

Nome da Razão Social da Pessoa Jurídica  
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx

OBJETO



Contratação de solução integrada com fornecimento de oxigênio medicinal por m<sup>3</sup> quando indicado e locação de equipamentos assistenciais (concentradores, CPAP, BIPAP, ventilador domiciliar, aspirador, oxímetro e tosse assistida), incluindo instalação no domicílio, treinamento inicial, manutenção preventiva e corretiva, reposição e substituição por falha, com logística de entrega, troca e recolhimento e registros de atendimento.

VALOR TOTAL



R\$ xxx.xxx,xx ( XXXXXXXXXXXXX )



## REAJUSTE

## Índice

☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada 12 (doze) meses a contar de 23.02.2026

## ENTREGA

Forma O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato.

Prazo A prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato

Local: domicílio dos usuários regulados pela SESPA na Região Metropolitana I de Belém, conforme endereços indicados nas ordens de serviço, com variação conforme demanda assistencial.

## Horário:

☐ Atendimento programado (instalações, trocas regulares e manutenções preventivas) das 08h00 às 18h00, em dias úteis, ou conforme agendamento registrado em ordem de serviço.

☐ Atendimento para ocorrências (falha, pane, indisponibilidade, necessidade de reposição urgente): 24 horas por dia, 7 dias por semana, com prazos de resposta e atendimento definidos no Termo de Referência, para evitar interrupção do tratamento

## PAGAMENTO

Forma Ordem Bancária

Prazo Até 30 dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato

## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

## CLÁUSULA 1

**Fiscalização**

Os fiscais do contrato são xxxxxxxxxxxx matrícula xxxxxxxx, CPF: xxxxxxxx, lotação xxxxxxxxxxxx/ SESP. Exxxxxxxxxxxxxxxxx

**VIGÊNCIA**

PRAZO 12 (DOZE ) MESES A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

Início: dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim: dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

**ESTE CONTRATO TEM COMO PARTES :**

CONTRATANTE: ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, entidade pertencente ao Governo do Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 05.054.929/0001-17, estabelecida à Avenida Lomas Valentinas, 2190, CEP: 66.093-677 – Belém/PA, neste ato representado por seu Secretário PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, RG de nº 1562036 e CPF nº: 304.401.90282, nomeado através do Decreto publicado em 12 de janeiro de 2026, no Diário Oficial do Estado do Pará nº 36.494 e Portarias nº 58 e nº 59, ambas de 12 de janeiro de 2026, publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará nº 36.496, de 14 de janeiro de 2026, para pratica de todos os atos relativos à ordenação de despesa

CONTRATADO: NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

ou



NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG n xxxxx, CPF n xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

## CLÁUSULA 2

### Fundamento Legal

O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa constante no PAE nº 2025/3434679 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA 3

### Objeto

3.1 O objeto da Contratação é a solução integrada com fornecimento de oxigênio medicinal por m<sup>3</sup> quando indicado e locação de equipamentos assistenciais (concentradores, CPAP, BIPAP, ventilador domiciliar, aspirador, oxímetro e tosse assistida), incluindo instalação no domicílio, treinamento inicial, manutenção preventiva e corretiva, reposição e substituição por falha, com logística de entrega, troca e recolhimento e registros de atendimento.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	DESCRIÇÃO	Unid	Quant	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
------	-----------	------	-------	---------------	----------------

1	Oxigênio medicinal gasoso para uso domiciliar, por recarga, em cilindros de 4 a 10 m <sup>3</sup> , com fornecimento contínuo conforme descrição/regulação. Inclui logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade	m <sup>3</sup>	79.200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Oxigênio medicinal gasoso para contingência/mobilidade, por recarga, em cilindros de 1 m <sup>3</sup> , com logística de entrega e troca, identificação e rastreabilidade.	m <sup>3</sup>	6.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Concentrador de oxigênio estacionário (1 a 10 L/min), com instalação no domicílio, testes de funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição imediata em caso de falha, durante toda a vigência.	Unid	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Concentrador de oxigênio portátil (1 a 2 L/min), com bateria e acessórios, incluindo instalação/orientação, manutenção e substituição por falha	Unid	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	CPAP domiciliar, com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha	Unid	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	BIPAP domiciliar, com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha.	Unid	250	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	Ventilador domiciliar de suporte à vida (invasivo e não invasivo), com acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha, garantindo disponibilidade do tratamento conforme indicação clínica	Unid	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	Aspirador de secreções domiciliar, com frasco e acessórios, instalação, manutenção e substituição por falha.	Unid	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00

9	Oxímetro portátil de mesa, com alarmes, bateria e acessórios instalação, manutenção e substituição por falha	Unid	80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Sistema de tosse assistida, com circuitos e interfaces instalação, manutenção e substituição por falha.	Unid	50	R\$ 0,00	R\$ 0,00

VALOR GLOBAL R\$ (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

#### CLÁUSULA 4

##### Local e a Hora da Prestação dos Serviços

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são: Forma: O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato.

Prazo: A prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato

Local: domicílio dos usuários regulados pela SESPA, na Região Metropolitana I de Belém, conforme endereços indicados nas ordens de serviço, com variação conforme demanda assistencial. Horário: Atendimento programado (instalações, trocas regulares e manutenções preventivas): das 08h00 às 18h00, em dias úteis, ou conforme agendamento registrado em ordem de serviço.

Atendimento para ocorrências (falha, pane, indisponibilidade, necessidade de reposição urgente): 24 horas por dia, 7 dias por semana, com prazos de resposta e atendimento definidos no Termo de Referência, para evitar interrupção do tratamento.

.

#### CLÁUSULA 5

## Preço

O valor global do contrato é R\$ xxx.xxx,xx e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

## CLÁUSULA 5

### Preço

O valor global do contrato é R\$ (xxx.xxx,xx) e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

## CLÁUSULA 6

### Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: SESPA

Dotação Orçamentária: 8288 – Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros Tipo de Classificação: Corrente

Fonte de Recurso Estadual: 01 500 1002 03 | 02 500 1002 03

Fonte de Recurso Federal: 01 600 0000 49 | 02 600 0000 49

## CLÁUSULA 7

## Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo IPCA.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada 12 meses, a contar de 23-02-2026.

7.3 O reajuste se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado de ofício pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por simples apostila.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

## CLÁUSULA 8

## Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	xxxx-x.
Conta	xxxxxx-x.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, na forma do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024, assegurando-se o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

## CLÁUSULA 9

### Garantia de Cumprimento Contratual

☒ 9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

☐ 9.1 O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

## CLÁUSULA 10

### Obrigações das Partes

#### 10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

#### 10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo CONTRATANTE de até 25% do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.



- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- h. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato
- i. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
  - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- j. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- k. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- l. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- m. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- n. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- o. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- p. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- q. Não permitir:
  1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
  2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- r. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- s. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- t. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- u. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

- v. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

#### CLÁUSULA 11

##### Responsabilidade por Danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA 12

##### Infrações e Sanções Administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
----------	------------

Advertência\*

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Impedimento de licitar e contratar”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*  * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a 90 dias corridos autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser cumuladas com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a.3% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30	c.10% sobre o valor total do contrato, no caso de dias corridos. total do seu objeto.
b. 5% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 60 dias corridos (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis, contado de sua intimação, (Para a aplicação das sanções, deverá ser instaurado procedimento de

responsabilização por inexecução contratual, na forma prevista no art. 21 do Decreto Estadual nº 3.183/2024)

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

12.7 Antes da inscrição na dívida ativa, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o rito especial previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de 15 dias úteis, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 31 do Decreto Estadual nº 3.183/2024.

### CLÁUSULA 13

#### Alterações do Contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 14

#### Extinção do Contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá



providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

#### CLÁUSULA 15

##### Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelos Farmacêuticos : André Mendonça Caniceiro – matrícula 57190386-1, CPF: 71139591215, lotação DEAF – CLAF / Centro de Distribuição SESP. Edina Raquel Meneses Silva – matrícula 57197122-1, CPF 59152648249, lotação DEAF – CLAF / SESP.

#### CLÁUSULA 16

##### Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

#### CLÁUSULA 17

##### Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa preferencialmente à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

#### CLÁUSULA 18

##### Divulgação e Publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de 10 dias úteis.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA 19

##### Vigência

19.1 O contrato terá vigência de 12 meses (doze), com início em dd/mm/aaaa (inserir data) e término em dd/mm/aaaa (inserir data), podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei Federal 14.133/2021.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

#### CLÁUSULA 20

##### Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17

Belém, de de 2026

NOME DO TITULAR

Cargo

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

RG: xxxxxxxx PC/UF

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Testemunha

## ANEXO IV

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_,

E-mail \_\_\_\_\_

Representante:

Item	Especificação / Nome Comercial / Marca / Fabricante / Validade / Apresentação /Registro ANVISA	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01				
<b>VALOR TOTAL EM REAL</b>				
Valor por extenso				

1. Conta para pagamento: Banco:\_\_\_\_, Ag:\_\_\_\_, C/C:\_\_\_\_

2. Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 120 dias);

3. Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.

4. Declaramos que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Edital de seus anexos.

5. A garantia dos produtos é de: \_\_\_\_\_

6. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital.

OBS: A empresa poderá utilizar o anexo IV como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação do item detalhadamente.

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)